

Subalternização do outro e discurso de preconceito na esfera pública¹

Milena de Azeredo Pacheco Venancio²

Alexandre Farbiarz³

Resumo

O artigo proposto visa discutir como se configura o discurso da classe dominante a partir do rebaixamento do outro, e como isso contribui para a construção e a manutenção de preconceitos no espaço público. A análise é feita com base em estudos sobre preconceito de Arendt (2008; 2002) e sobre mídia e política de Sodré (2006), Chomsky e Herman (2003), de modo a compreender como a classe dominante se apropria da representatividade na esfera pública, de acordo com o modelo proposto por Habermas (2003).

Palavras-chave: Esfera Pública; Preconceito; Discurso.

Introdu o

Desde o início do processo de impeachment da presidente Dilma, entre o final de 2015 e o início de 2016, tem-se notado uma polariza o política na sociedade brasileira que se desdobra em discussões, seja pessoalmente ou via m dias sociais, como o *Facebook* e o *Twitter*. No entanto, a divisão entre quem se diz de “esquerda” ou de “direita”, e mesmo os que são contra ou a favor do afastamento da presidente, tem repercutido não somente em um posicionamento político e econ mico, mas, em alguns casos, também em opiniões e preconceitos em rela o às minorias. Neste caso, são, em grande parte, discursos que partem do rebaixamento do outro para ocuparem o lugar de fala em rela o a um determinado problema social.

Há, portanto, um dimensionamento do espaço público, enquanto local da discussão e constru o de ideias, de modo a favorecer um discurso que se apresenta na esfera pública, a partir do detrimento da condi o do outro. Valoriza-se o discurso difundido pela classe dominante⁴, negando-se uma rela o de alteridade e empatia com o outro, corroborando

¹ Trabalho apresentado no GP Comunica o e Culturas Urbanas, XVI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunica o, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunica o.

² Mestranda do Programa de Pós-Gradua o em Média e Cotidiano – UFF, email: milena.pacheco@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor do Programa de Pós Gradua o em Média e Cotidiano – UFF, email: alexandre.farbiarz@gmail.com

⁴ No pensamento de Gramsci (1987), a classe dominante se mant m no poder através de aparatos ideológicos da sociedade civil, os quais são aparelhos privados de hegemonia, tais como os veículos de comunica o e partidos políticos, que

preconceitos. Esta lógica é muitas vezes vista, inclusive, no discurso da grande mídia, ainda que de forma mais velada que no ambiente da Internet, como alguns exemplos mais à frente no presente artigo demonstrarão.

As razões para tal discurso vão, porém, além da disputa política. Há fatores históricos e, principalmente, econômicos, que levam a isso. Chomsky e Herman (2003) explicam bem a relação de dependência entre a mídia e o lucro que esta busca alcançar, levando, assim, às construções discursivas que favoreçam a classe dominante em detrimento das classes que por ela são subalternizadas. Eles propõem que existe, portanto, uma relação de interdependência entre a classe dominante, que se utiliza da grande mídia para manter privilégios, e a grande mídia, que, em contrapartida, se utiliza de seu espaço para obter lucro a partir de investimentos da classe dominante, à qual pertence. Os pensadores norte-americanos elucidam, em *A manipulação do público*, como a mídia, e a produção de suas notícias, depende dos anunciantes para se manter viva na esfera pública e lucrativa para seus proprietários.

No livro, lembram as palavras de um executivo de propaganda dos anos 1980, que disse que certos jornais são ruins porque “seus leitores não têm poder de compra, e anunciar nesses jornais é o mesmo que jogar dinheiro fora” (Ibid., p. 74). Ora, segundo esta lógica, na medida em que o jornal necessita do financiamento dos anunciantes para sobreviver, a validade de se trabalhar com a notícia está no poder de compra de seus receptores, e classes que não tenham bom poder aquisitivo já não interessariam ser representadas no noticiário, afinal, não repercutem no lucro visado pelas grandes empresas de mídia e seus anunciantes.

Esta reflexão é pertinente para a discussão sobre o rebaixamento do outro em sua condição social em relação à classe dominante e, assim, para a reflexão sobre a construção do discurso do preconceito. Igualmente, esta discussão permite refletir sobre a relevância, para o grupo dominante, de pôr os grupos “não lucrativos” à margem da ocupação dos espaços de discussão, no âmbito da esfera pública.

Neste sentido, Habermas (2003) apresenta um conceito de esfera pública que, em princípio, seria um espaço para a discussão entre iguais, buscando o melhor argumento para que se chegue ao consenso sobre as questões pertinentes à relação do Estado (público) com o indivíduo (privado). Contudo, tal concepção parte de uma ideia de que todos teriam a mesma possibilidade de argumentação. Ou, pelo menos, este equilíbrio deveria ser

sustentam o discurso dessa classe, validando-o. Junto a isso, caberia ao Estado a coerção da classe dominada por meio da força, mantendo o poder político, econômico e social da classe dominante, então detentora dos meios de produção.

considerado como condição para uma discussão que chegasse a um melhor resultado para os grupos ali representados. Uma crítica possível de se fazer a este modelo de esfera pública, porém, reside no fato de que, em termos práticos, a própria representação se dá através do olhar dominante, negando representatividade aos grupos considerados inferiores.

Logo, se a classe detentora do poder não busca, de fato, enxergar o outro, rebaixando este outro à condição de inferior, a representação na esfera pública abre margem para que se reforcem preconceitos. Sendo assim, os grupos dominantes passam a deter o protagonismo na construção das discussões e, conseqüentemente, nas decisões nesta esfera, sejam representados por empresários que anunciam para as grandes mídias, proprietários dessas grandes mídias ou formadores de opinião em seus grupos de influência.

Bakhtin (2003) explica, em seus estudos sobre a linguagem, que o outro é condição para a existência do discurso e para a própria compreensão que o indivíduo tem de si mesmo. Esta visão demanda uma reflexão sobre o que o outro representa para este indivíduo, pois “se quero operar uma transposição que nos coloque, eu e o outro, num único e mesmo nível, devo, em meus valores, situar-me fora da minha própria vida e perceber-me como outro entre os outros” (Ibid., p. 76). Logo, se não há a empatia que coloca o indivíduo no lugar do outro e o leva a refletir sobre o papel deste para sua própria constituição como sujeito, o processo dialógico da concepção do outro se dá de forma incompleta, através apenas do próprio saber que já se tem sobre o outro. Assim, o indivíduo terá a visão sobre o outro a partir de saberes já constituídos, o que tem relação com a experiência.

De acordo com o pensamento de Arendt (2008), o preconceito tem origem na experiência no passado e que de algum modo não foi revista. Assim, buscar compreender o outro, ainda que em sua diferença - o que é, para Bakhtin (2003), condição necessária à formação de nossa própria identidade -, é um exercício de alteridade, evitando o saber constituído previamente a um real conhecimento sobre o outro e a formulação de juízos pré-concebidos, os quais geram o preconceito.

Sendo assim, busca-se discutir neste artigo a condição de rebaixamento do outro, quando este não serve aos interesses da classe dominante, e como isso pode construir ou mesmo ratificar preconceitos. A partir desta discussão, investiga-se como se configura o problema apresentado na construção do discurso da classe dominante, de modo a ocupar um lugar de fala na esfera pública que nega o protagonismo das minorias na discussão de pautas que lhe dizem respeito. Desta forma, os detentores do poder manteriam o domínio do espaço público de discussão, ainda em meios ditos mais democráticos, como a Internet, deixando

minorias à margem de certas questões, desconsiderando-as nas decisões no âmbito da esfera pública.

Para tanto, será realizada uma revisão bibliográfica de autores relevantes à discussão, como Sodré (2006), Chomsky e Herman (2003) e Habermas (2003), como base para a análise de exemplos de declara es no *Facebook*, acerca das questões do Exame Nacional do Ensino M dio⁵ (ENEM) de 2015, e sua rela o com o feminismo. Escolheu-se este exemplo pela repercussão causada em fun o da abordagem, na prova, de uma questão sobre g nero que citava a autora Simone de Beauvoir⁶, além da escolha do tema da violência contra a mulher na prova de reda o. Representantes da classe dominante, em especial homens da direita política, criticaram a presença da autora francesa no exame e associaram a prova a uma tentativa de “doutrina o ideológica” de grupos da esquerda, negando, assim, a necessária discussão sobre a condi o da mulher na sociedade, que foi simplesmente rotulada como “ideologia de g nero”. Discussão esta, que foi associada   esquerda, de modo a lhe atribuir o papel de um inimigo a ser combatido. Este fato demonstra que, muitas vezes, a esquerda e a discussão de pautas sobre minorias são vistas pela classe dominante como obstáculos para que esta mantenha o controle político e ideológico em suas mãos.

Subalterniza o do outro e preconceito no discurso dominante

M dia, propaganda e política são questões inegavelmente ligadas. Sodré (2006) analisa esta rela o a partir do que chama de *estratégias sensíveis*, as quais buscam atingir o público através do afeto. Não necessariamente, este “afeto” remete ao sentimento de carinho, mas, especialmente,   usado no sentido atribuído ao verbo *afetar*, de causar algum efeito ao receptor da mensagem. Desta forma, a propaganda seria o artifício da política para, através da m dia, *afetar* o público e, assim, potenciais eleitores. Esta abordagem da ordem do sensível, segundo o autor, estabelece uma proximidade com tal público, levando-o a assimilar a mensagem da maneira desejada.

⁵ O Exame Nacional do Ensino Médio, conhecido como ENEM,   uma prova feita anualmente com o objetivo de avaliar o grau de conhecimento dos alunos de Ensino Médio nas escolas do Brasil. Seus resultados também são utilizados para selecionar os alunos a ocuparem as vagas na maior parte das institui es de ensino superior do país, especialmente as públicas.

⁶ Escritora francesa considerada um dos símbolos da luta feminista, autora de *O segundo sexo*, livro de 1949, cuja seguinte passagem foi citada no ENEM de 2015: “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econ mico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade;   o conjunto da civiliza o que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino”.

Por outro lado, é através deste processo que também se reforçam preconceitos que favoreçam a aceitação de discursos da classe dominante. Criam-se inimigos a partir de uma instalação do medo, de modo a justificar discursos extremistas.

Mas as velhas técnicas da propaganda continuam ainda hoje, a despeito de seus anacronismos, em ditadores remanescentes, extremistas políticos, líderes populistas, fanáticos religiosos. A instalação coletiva do medo faz parte de estratégias contemporâneas de controle de comportamentos que baseiam seus recursos retóricos na semiose da velha propaganda política. (Ibid., p. 75).

Tais estratégias já eram utilizadas com muita perspicácia mesmo na época do regime nazista. Sodré (2006) chama esta forma de discurso de *retórica do bode expiatório*. Segundo o autor, a retórica, nesse caso, tem como princípio atribuir conotações negativas a determinado aspecto da realidade de modo que se configure no outro, o qual seja alvo desta ressignificação, a característica da incerteza ou mesmo do mal. Ressalta-se, ainda de acordo com o autor, que, geralmente, tal retórica terá a adesão da mídia.

Muitos exemplos desta retórica são observados no discurso, especialmente quando minorias reivindicam seus lugares de fala ou quando um grupo que tenha poder e voz na sociedade vê a possibilidade de subjugar alguém por seus atos, caso este pertença ao estereótipo ao qual se busca aplicar a retórica do bode expiatório. Classes sociais de menor poder aquisitivo ou de menor nível de educação formal, mulheres, negros e homossexuais, são alguns dos exemplos alvo desta retórica. Em alguns casos, inclusive, a própria posição política pode levar a uma negação do lugar de fala do outro, visto que as classes dominantes e a grande mídia também têm um posicionamento político, ainda que, no caso da última, o mesmo nem sempre seja explicitado.

Para entender melhor como se dá este processo, é importante discutir como o rebaixamento do outro ocorre. Visto tal atitude se constituir em preconceito, o tema leva a uma discussão deste não somente a partir da alteridade – ou do não exercício desta – mas, também, a partir de experiências anteriores que levam a um juízo formado sobre determinado assunto. Segundo Arendt (2002), o verdadeiro preconceito se reconhece no momento em que se localiza no mesmo um juízo formado com origem em uma causa empírica, a qual é apropriada e mantida através dos tempos sem que seja revista, evitando-se uma nova e verdadeira experiência com o juízo. A pensadora alemã, aliás, estabelece a existência de dois tipos de juízo: um sem parâmetros, uma vez que se apresenta ante o conhecimento de algo nunca visto anteriormente, e outro a partir da subordinação do indivíduo em sua particularidade a algo geral. Neste último, especialmente, se encontra o preconceito.

[...] só o indivíduo é julgado, mas não o próprio critério, nem sua adequabilidade para o medir. Também o critério foi um dia posto em julgamento, mas depois esse juízo foi assumido e como que se tornou um meio para se poder continuar julgando. (Ibid., p. 11)

Ora, se os critérios não são postos a prova, podem ser determinados de acordo com os interesses de quem julga. Visto que o discurso predominante se alicerça nos critérios de uma classe que tem voz de fato ouvida na sociedade, subordinar o outro é essencial para negar-lhe a mesma voz, o que poderia vir a ser um empecilho para a manutenção de interesses que permeiam o discurso dominante. Estes discursos são reproduzidos pela grande mídia, que também possui seus interesses e depende, muitas vezes diretamente, de atender anseios da classe dominante para conseguir lucrar. Chomsky e Herman (2003) explicam essa relação através do que chamam de *filtros de notícias*⁷.

O primeiro filtro tem relação com a concentração da propriedade dos veículos de mídia e a orientação para o lucro das empresas que dominam o setor, pois grandes empresas de mídia são de propriedade do mesmo dono e se estendem por diferentes variantes de meios de comunicação.

Em suma, as empresas de mídia dominantes são negócios muito grandes; são controladas por pessoas ricas ou por administradores que estão sujeitos a fortes restrições por parte dos proprietários e das forças orientadas para o lucro e pelo mercado: estão intimamente inter-relacionadas e tem interesses comuns com outras importantes corporações, com bancos e com o governo. (Ibid., p. 72)

Já de acordo com o segundo filtro proposto, tais empresas, em função dos interesses que possuem, tendem a discriminar temas e instituições de mídia que não lhes sejam favoráveis, o que influencia inclusive na escolha da grade de programação de emissoras e pautas jornalísticas. No entanto, a mídia também busca favorecimento junto aos mesmos grupos dominantes que a financiam. Não somente junto a representantes do empresariado, como também políticos e órgãos do governo que favoreçam a produção das notícias que serão veiculadas, pois são as fontes de muitas informações a serem divulgadas para o público, até mesmo para justificar o filtro de escolha do que chegará a público com base nos critérios do grupo dominante. É nesse sentido que se estabelece o terceiro filtro.

O quarto filtro se refere ao monitoramento das reações às notícias e a necessidade de adequação a tais reações, de modo a não desagradar os financiadores dos veículos de

⁷ Vale ressaltar que o livro *A manipulação do público*, onde Chomsky e Herman falam sobre os filtros de notícias, tem como base a sociedade americana, o que, no entanto, não invalida a utilização dos estudos em uma análise sobre a mídia no Brasil, visto que as relações da mídia com a política e as classes dominantes seguem processo similar.

comunicação, em especial os anunciantes. Sobre o quinto filtro, no entanto, cabe uma maior reflexão, considerando a discussão sobre o discurso dominante e o preconceito. Neste filtro, os autores falam sobre o anticomunismo como um mecanismo de controle.

Conforme explicam Chomsky e Herman (2003), as revoluções comunistas pelo mundo foram traumáticas para as elites ocidentais. Juntem-se a isso os já históricos abusos nos países comunistas e criou-se o cenário para se colocar o comunismo como inimigo da ideologia predominante no ocidente. E visto que, pelos próprios interesses em jogo, não se elucidou o tema na grande mídia, o comunismo e outras políticas de esquerda passam a ser um inimigo não muito claro, mas que pode ser utilizado como definição para quaisquer grupos que visem se opor ao interesse dominante, o que ajudaria a fragmentar a esquerda e os movimentos trabalhistas, servindo como mecanismo de controle político. Assim, o comunismo passa a ser considerado como o pior resultado imaginável, justificando-se, portanto, o apoio ao fascismo como um mal menor, até porque, nem sempre se reconhece a prática do fascismo nesses moldes como tal.

Assim como no caso de Sodré (2006), com o livro *Estratégias sensíveis*, o livro dos pensadores norte-americanos usa exemplos de regimes fascistas pelo mundo. Possui, portanto, aplicabilidade no estudo da sociedade contemporânea, onde o fascismo pode se descortinar de várias maneiras, como o faz na ordem do simbólico, mesmo quando não se utiliza da violência física para atingir seus objetivos. Ou seja, a subordinação do outro a uma condição de inferior, quando favorece, no fim das contas, o lucro, é articulada de modo a se tornar aceitável ou mesmo necessária. Deste modo, se marginaliza o discurso do opositor nas disputas do lugar de fala na esfera pública.

Construção da opinião na esfera pública a partir do discurso dominante

Nos estudos de Habermas (2003) sobre a formação da esfera pública, uma perspectiva histórica ajuda a compreender como foi sua constituição, tal como espaço de discussão como se vê hoje. Tendo surgido no século XVIII, a esfera pública foi se modificando de acordo com as influências da sociedade de sua época. Logo, os meios de comunicação e as redes sociais, que surgiram no século XX, também tiveram sua influência na constituição desse espaço de discussão e na sua reformulação em diferentes ambientes.

Assim, a Internet acaba por se tornar também um espaço público de discussão, em fóruns e mídias como *Facebook* e *Twitter*, onde a exposição de opiniões e do próprio indivíduo que a emite são características. Por vezes vistas como espaços democráticos, uma

vez que são ambientes públicos de discussão em que ainda há um controle menor sobre filtros de informação, as redes sociais possibilitam a constituição do espaço público como analisado por Esteves (2003, p. 129), ao comentar, sobre a troca de ideias entre seus membros, que “geram-se no interior dos públicos, processos de opinião livres e autônomos, com base na diversidade interna de opiniões, sem interferências das coações exteriores”.

Todavia, dois fatores devem ser ressaltados, neste caso: a exposição do indivíduo ao dar sua opinião sobre determinado tema e o propenso caráter de autonomia dos espaços públicos. Segundo Habermas (2003), a esfera pública é um espaço no qual os iguais disputam uma posição de destaque. Nesse sentido, pode se considerar que as redes sociais são um espaço público de exposição do privado, de modo a buscar o protagonismo do lugar de fala nos discursos debatidos, no que diz respeito à discussão entre indivíduos, que são da ordem do privado, sobre as questões da ordem do Estado (público), caracterizando a constituição da esfera pública.

Por outro lado, a autonomia da discussão na esfera pública a partir das redes sociais como espaço público de debate nem sempre pode ser uma realidade, uma vez que, enquanto empresas de mídia com interesses comerciais, possuem relações de interdependência com outras empresas anunciantes e com segmentos da política. Este é um fato que impacta na representatividade dos cidadãos no âmbito da esfera pública, a qual sempre foi predominantemente burguesa.

A representatividade na esfera pública, de acordo com Habermas (2003), tem relação com o *status* social, sendo a representação pública de um poder do âmbito do privado. Nesse sentido, a representação só faz sentido enquanto pública, de modo a dar visibilidade a alguém até então não visto. Assim, tem relação com quem, considerado superior, também seja considerado passível de representação.

[...] algo morto, algo de menor valor ou sem valor, algo baixo não pode ser representado. Falta-lhe ser de nível mais elevado, um ser capaz de um destaque na existência pública, ser capaz de existir. Palavras como grandeza, soberania, majestade, glória, dignidade e honra procuram designar esta especificidade de um ser capaz de representação. (SCHMITT *apud* HABERMAS, 2003, p. 20)

Nota-se, então, que o caráter burguês da esfera pública a fragiliza enquanto espaço de representação de iguais para o debate de questões comuns. Em vez de representar aqueles que precisam ter espaço para sua voz, é representado quem já tem voz na sociedade, restando aos que são marginalizados a mera inferiorização. A superioridade atribuída à elite representante da classe dominante, enquanto detentora de *status* no âmbito privado, é que lhe

daria direito a se posicionar na esfera pública, em detrimento das classes subalternizadas. A negação do lugar de fala ao outro atinge, então, o espaço de discussão dos interesses comuns, para manter os interesses privados de um determinado grupo, detentor, assim, do poder sobre a mídia, suas pautas e a quem a discussão sobre a mesma deve beneficiar. A negação do exercício da alteridade no reconhecimento do papel do outro na constituição dos indivíduos e, então, da sociedade, acaba por negar o direito à fala de minorias e legitimar preconceitos sobre as mesmas.

Retomando o dito por Chomsky e Herman (2003), sobre a utilização do comunismo para construir inimigos da ordem política vigente, nota-se que - uma vez que as demandas do grupo dominante são, geralmente, conservadoras -, muitas vezes, quando as minorias reivindicam seu lugar de fala ou, em alguma circunstância, ganham abertura para a discussão de suas pautas, são hostilizadas. Como ocorreu, por exemplo, quando a autora feminista Simone de Beauvoir e a violência contra a mulher foram abordadas em questões do ENEM de 2015. Várias foram as reações que as consideraram uma tentativa da esquerda de “doutrinação ideológica”, associando o feminismo a Marx e ao comunismo, transformando discursivamente o debate sobre a condição da mulher na sociedade em um mal a ser combatido.

“Mais ou tão grave quanto a corrupção é a doutrinação imposta pelo PT junto à nossa juventude”, comparou Bolsonaro em sua conta nas redes sociais. O deputado afirmou que a pergunta faz parte de uma tentativa do governo de tornar os brasileiros “idiotas”. Para Bolsonaro, o Enem é o “Exame Nacional do Ensino Marxista”. (ESTADÃO, 2015)

A declaração do deputado Jair Bolsonaro, originalmente de uma postagem sua no *Facebook*, diz respeito à pergunta do ENEM 2015 que fazia referência a um trecho de *O segundo sexo*, livro de Simone de Beauvoir. Não se buscará, aqui discutir as falhas em se associar diretamente a necessidade de debate sobre o feminismo e a condição da mulher na sociedade com uma diretriz de exclusividade da esquerda e do PT, que não necessariamente tem um governo totalmente alinhado à esquerda. Mas o fato é que o assunto tem sua necessidade de discussão à parte de posicionamentos políticos. Ressalta-se no trecho citado, retomando o exposto por Sodré (2006), o uso da retórica do bode expiatório, associando uma discussão necessária sobre as pautas feministas a uma doutrina o dos inimigos marxistas já anteriormente construídos pela classe dominante em conjunto com a média.

Nota-se essa associa o em mais falas de Bolsonaro no *Facebook*,   época: “essa canalhada deverá ser extirpada do poder em 2018 com o voto impresso, ou antes, da mesma

forma como o Congresso, em 02 de abril de 1964, cassou o comunista João Goulart” (REVISTA FÓRUM, 2015). Como já citado aqui anteriormente, à luz de Chomsky e Herman (2003), na fala de Bolsonaro há constantemente a atribuição da discussão sobre gênero a um mal propagado pela esquerda e pelo comunismo, se referindo a um regime ditatorial que legitimava políticas fascistas como a solução para o mal do comunismo, quando cita o golpe de 1964 como a saída para extirpá-lo naquele período.

O blogueiro Rodrigo Constantino, outro representante da direita, também criticou a prova, que definiu como “um show bizarro de doutrinação ideológica” (PORTAL FÓRUM, 2015), corroborando a ideia de associar o debate sobre gênero a uma tentativa de doutrinação da esquerda, de modo a reforçar a imagem desta como um mal a ser combatido.

Em outro exemplo de reação negativa às questões sobre a mulher no ENEM, o promotor Jorge Marum, em postagem no *Facebook*, criticou a utilização de Simone de Beauvoir na prova, levando a própria Ordem dos Advogados do Brasil a se posicionar contra sua postura.

“Exame Nacional-Socialista da Doutrinação Sub-Marxista. Aprendam jovens: mulher não nasce mulher, nasce uma baranga francesa que não toma banho, não usa sutiã e não se depila. Só depois é pervertida pelo capitalismo opressor e se torna mulher que toma banho, usa sutiã e se depila”, escreveu. A declaração fazia referência à célebre frase de Simone de Beauvoir – “Não se nasce mulher, torna-se mulher” – e rendeu uma nota de repúdio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). (PORTAL FÓRUM, 2015)

Novamente, associou-se à criação discursiva do mal proporcionado pela esquerda um debate necessário sobre um segmento da sociedade de um estrato social minoritário, no que diz respeito à representatividade. Nos exemplos citados, encontramos homens que negaram a necessidade do debate que leve em consideração o outro – no caso, a questão feminina – no âmbito da esfera pública. Houve, portanto, uma utilização do espaço público para a apropriação do discurso de uma minoria, a qual foi posta à margem de seu próprio lugar de fala para que se corroborasse o discurso dominante, colaborando para a construção de uma necessidade de se atacar a esquerda.

A ativista e secretária de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo, Djamila Ribeiro, criticou a postura das manifestações contrárias à questão de Simone de Beauvoir no ENEM de 2015. Filósofa e feminista, Djamila disse:

Eu estudo a obra de Beauvoir assim como a obra de outras teóricas e inclusive faço críticas a Beauvoir na minha dissertação a partir da perspectiva do feminismo negro. Isso significa que deslegítimo a obra de

Beauvoir? Só se eu fosse louca, a obra dela é um marco. Vamos parar com desonestidade e de tratar obras tão sérias como flama ideológica ou pra fazer sensacionalismo pseudo crítico (...). Vocês entram num imediatismo absurdo para querer provar quem tem razão, para ganhar likes e desrespeitam todo um trabalho, um sistema filosófico (REVISTA FÓRUM, 2015).

Assim como Djamilia, outras representantes de movimentos feministas criticaram os ataques feitos à questão de Simone de Beauvoir no ENEM de 2015, bem como comemoraram a inserção da autora na prova, que tinha citações predominantemente de homens, como Paulo Freire e Max Weber⁸. Do mesmo modo, especialistas em gênero e sexualidade⁹ e o próprio ministro da educação à época, Aloizio Mercadante, elogiaram a presença da autora na prova, por sua grande contribuição à discussão da condição da mulher na sociedade.¹⁰

Nota-se, portanto, que o debate sobre gênero em uma prova como o ENEM é importante para trazer esse mesmo debate à sociedade como um todo. Porém, se por um lado a questão com a citação de Simone de Beauvoir possibilitou trazer à baila um debate necessário, por outro lado foi apropriado por setores conservadores de modo a atacar a própria discussão proposta. Negou-se assim, a representatividade a grupos considerados pela classe dominante como inferiores, impedindo uma real constituição do modelo de esfera pública.

Considerações finais

Não se pode considerar que não haja nenhum lugar de fala para a representação das minorias, ou que as minorias precisem de algum aval da classe dominante para se fazerem ouvir. No entanto, estes espaços lhe são propositalmente restritos e demandam um esforço muito maior para que se saiam das amarras impostas discursivamente. Nesse sentido, grupos que pertencem a uma elite dominante, apoiados pela mídia, com a qual mantém relações de interdependência e poder, se apropriam do lugar de fala que é de direito de minorias, como no exemplo citado sobre a mulher, para disseminar seu próprio discurso, constituído, entre outros fatores, pelo detrimento a tais minorias, de modo a manter o *status quo* favorável aos grupos detentores do poder na sociedade.

⁸ Ver **Enem 2015: questão sobre feminismo é comentada nas redes sociais**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/enem/2015/noticia/2015/10/questao-sobre-feminismo-no-enem-2015-e-lembrada-nas-redes-sociais.html>> Acesso em: 21/12/2015.

⁹ Idem.

¹⁰ Ver **Bolsonaro e Feliciano criticam Enem; Maria do Rosário e Janine elogiam**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/enem/2015/noticia/2015/10/deputados-bolsonaro-e-feliciano-acusam-enem-de-doutrinação.html>> Acesso em: 21/12/2015.

Nesse sentido, negar a condição do outro como necessária à formação do próprio indivíduo que o rebaixa a um ser inferior pode ser considerado um dos artifícios, ou mesmo o principal artifício, para a construção de um discurso que legitima preconceitos. Assim, disseminam-se visões sobre as reivindicações de minorias já anteriormente construídas a partir da reiteração de impressões de experiências anteriores, sem a devida reflexão.

Tal rebaixamento do outro se dá em uma perspectiva dialógica em que este outro é considerado apenas como um inferior, tendo como parâmetro o padrão do cidadão das elites dominantes. Logo, nega-se a estratos sociais minoritários o direito à própria representatividade na esfera pública, não considerando sua perspectiva como necessária para que se estabeleçam diretrizes para o bem comum. O outro, então inferiorizado, não merece, na visão desses setores da classe dominante – sejam entre os cidadãos, na política ou na mídia – a atenção para que também possa compartilhar dos direitos discutidos e decisões tomadas no âmbito da esfera pública.

Assim sendo, contribui-se, também, para uma construção da opinião pública em que até mesmo os próprios pares das minorias reproduzam o discurso dominante. Por consequência, se contribui para o enfraquecimento desses grupos e de suas reivindicações. É isto o que, muitas vezes, grupos da elite na direita política brasileira - a qual tem predomínio na grande mídia em função, inclusive, de suas relações empresariais -, fazem ao procurar deslegitimar discursos da esquerda em uma prática retórica que lhe atribui, especialmente se utilizando do discurso anticomunismo, a causa de malefícios na sociedade.

Vale ressaltar, também, como a falta de conhecimento sobre a condição do outro mostra a necessidade ainda mais imperiosa de que se busquem formas de sair desses impedimentos, impostos à plena discussão de pautas de setores marginalizados na sociedade. Nos poucos exemplos citados sobre o feminismo e as questões do ENEM 2015, já se nota que a associação de fatos se dá sem critérios claros ou responsabilidade sobre o quão crível possa ser o discurso então construído.

Há exemplos na História, como no próprio caso dos regimes fascistas, que demonstram que tal lógica é útil para fomentar preconceitos e discursos de ódio, mantendo na ignorância a sociedade e impedindo sua cidadania. Questões que merecem uma discussão aprofundada, no que tange à formação da opinião pública, o que, embora não tenha sido o foco no presente estudo, podem ser debatidas em análises posteriores, buscando caminhos para que se exerça, de fato, a alteridade nas relações sociais e, assim, nos espaços de discussão da esfera pública.

Referências bibliográficas

ARENDDT, Hannah. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.

_____. **O que é política?** 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CHOMSKY, Noam e HERMAN, Edward S. **A Manipulação do Público**. Editora Futura, 2003.

ESTADÃO. Deputados acusam Enem de “doutrinação” por abordar feminismo. In: **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,deputados-reclamam-de-doutrinação-no-enem,1785824>> Acesso em: 12/12/2015.

ESTEVES, João José Pissarra Nunes. **Espaço público e democracia**. Comunicação, processos de sentido e identidades sociais. Lisboa: Colibri, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do Cárcere**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

PORTAL FÓRUM. **Promotor chama Simone de Beauvoir de “baranga francesa”**. [S. l.], 2015. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2015/10/31/promotor-chama-simone-de-beauvoir-de-baranga-francesa/>> Acesso em: 21/12/2015.

_____. **Bolsonaro, Feliciano e Constantino criticam questão sobre Beauvoir no Enem**. [S. l.], 2015. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2015/10/26/bolsonaro-feliciano-e-constantino-criticam-questao-sobre-beauvoir-no-enem/>> Acesso em: 21/12/2015.

_____. **Verbetes da Wikipédia sobre Simone de Beauvoir é vandalizado após questão no Enem**. [S. l.], 2015. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2015/10/26/verbete-da-wikipedia-sobre-simone-de-beauvoir-e-adulterado-apos-questao-no-enem/>> Acesso em: 21/12/2015.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**. Afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006.